

Missão do FMI chega para fixar bases de acordo



Thomas Reichman

BRASÍLIA — Chegou ontem a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada pelo economista Thomas Reichman — veterano interlocutor de autoridades econômicas brasileiras —, que estabele-

cerá as bases de negociação do futuro acordo entre o Governo e o FMI, previsto para o início do próximo ano. Apesar de bem-humorado e gentil no contato com a imprensa, Reichman negou-se a dar entrevista, fiel aos rígidos preceitos do Fundo.

Após sua chegada, às 11 horas, Reichman dedicou o resto do dia ao repouso, enquanto aguardava a chegada do restante da equipe — seu assistente Carlos Muniz, Erik Clifton, Gumercindo Oliveiros e a economista Doris Ross. O Diretor brasileiro do FMI, Alexandre Kafka, chegou ontem à noite em Brasília, para participar das conversações.

Em menos de um ano, esta é terceira vez que a missão vem ao Brasil, agora para um período de duas semanas, em que está previsto um encontro com Bresser Pereira. O Novo Plano Cruzado, desde seu lançamento, já sofreu três atualizações, com as quais os técnicos do Fundo desejam familiarizar-se. Funcionários graduados do Governo acreditam, contudo, que, embora a missão não tenha caráter negociador, ela sem dúvida estabelecerá as bases do acordo a ser fechado em 1988.

O Governo omite esse detalhe, preocupado com a forte oposição que o acordo com o FMI enfrenta junto à ala mais progressista do PMDB, principalmente dos deputados Fernando Gasparian (SP), Pimenta da Veiga (MG) e Irajá Rodrigues (RS). O Presidente do partido, Ulysses Guimarães, e o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, têm posição mais conciliadora. Para as fontes, a divisão do partido e o risco de implantação do regime parlamentarista de Governo em quatro meses são forte empecilho à assinatura de acordo a curto prazo.

Há outros problemas a superar. Como o déficit público e a taxa de inflação escapam ao controle oficial, o Governo prometeu aos credores um novo pacote econômico, que está elaborando de fato, nas áreas fiscal, monetária e de preços. O anúncio do pacote está previsto para meados de dezembro, segundo afirmou o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, na semana passada.

Pesam também nas preocupações governamentais as estreitas perspectivas de celebração de um acordo definitivo com os bancos privados em 15 de janeiro de 1988, como estabelece o calendário negociado no fechamento do entendimento preliminar com os credores. Por ele, o Brasil pagará US\$ 500 milhões e os bancos US\$ 1 bilhão para a moratória acabar no fim do ano. Para acertar o refinanciamento dos juros a serem pagos em 1988 e 1989, os credores exigirão definições maiores sobre o futuro político do País, temem os negociadores brasileiros da dívida.